

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 1º DE JANEIRO DE 2015

Senhores Acionistas,

Enviamos para o seu conhecimento os demonstrativos econômicos e financeiros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Abaixo seguem comentários sobre itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

**Mensagem da Diretoria**

Para a Companhia, o ano de 2016 foi marcado por forte quebra da safra em quantidade e qualidade, de um lado, e por programa de reestruturação operacional, de outro.

Foram implementadas medidas visando a diluição de risco no campo, através da redução de plantios sob gestão direta da Companhia concentradas na região de Fraiburgo onde quase 50% da área de produção foi erradicada levando a importantes ajustes corporativos.

De outro lado, foi intensificado o programa de fomentos junto a produtores em outras áreas, notadamente na região de São Joaquim, em volume suficiente para recompor o volume ideal de produção de frutas para maximização da utilização da capacidade instalada de processamento e armazenamento de frutas.

A conclusão das renegociações das dívidas da Companhia com o BRDE, principal credor da empresa, conforme veiculado através de comunicados ao mercado foi o evento de maior importância do exercício. Este equacionamento financeiro coloca o passivo da Companhia em patamares readequados em valor e no cronograma de pagamentos, através de fluxo de vencimento compatível com a capacidade de pagamento da Companhia.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A safra brasileira de 2015/2016 apresentou desempenho muito inferior às safras normais. O inverno praticamente inexistente na região de Fraiburgo, uma das principais regiões produtoras, seguido de uma temporada longa de chuvas afetou duramente o rendimento dos pomares em quantidade e qualidade da fruta, além de onerar sobremaneira o custo de produção no campo. Assim, o rendimento da safra 2015/2016 ficou muito aquém dos padrões normais de produção e produtividade. O volume realizado esteve próximo a 20 toneladas por hectare quando o normalmente esperado é de aproximadamente 42 toneladas por hectare.

Os resultados foram impactados negativamente pelo baixo volume de produção o que aliado aos elevados gastos, ainda que não recorrentes, para implementação do novo modelo de negócio, acabou impossibilitando a geração de ganho nas atividades operacionais.

Ainda assim, favorecida por melhora dos preços pela escassez de fruta, foi possível dar prosseguimento às importantes ações voltadas à diluição de risco do negócio, com incremento forte na política de produção de frutas em novas áreas geográficas, comercialização de outras frutas, notadamente ameixa, kiwi e pera.

Vale mencionar o retorno da estratégia de comercialização de frutas no mercado internacional. A receita líquida ao longo do ano de 2016 foi de R\$ 45,53 milhões, um aumento de 22%, em comparação com o ano de 2015 (R\$ 37,3 milhões). Já o volume total comercializado neste período foi de 21,7 mil toneladas (contra 31,5 mil toneladas em 2015), o que representa variação percentual negativa de 31%.

A variação positiva de preços ao longo do ano, por conta da quebra da safra, não foi suficiente para sustentar a geração de resultado operacional da Companhia no ano já que, da quantidade total de frutas comercializadas, além de pequena, teve uma forte participação de frutas destinadas à indústria com significativo sacrifício da rentabilidade.

Excluindo o impacto das despesas não recorrentes, a Pomifrutas apresentou resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 2,3 milhões em 2016 (EBITDA negativo de R\$ 8,9 milhões de 2015) com queda de 74,2% sobre equivalente anterior, mesmo num cenário completamente adverso. O Prejuízo Líquido em 2016 foi de R\$ 18,4 milhões, frente a R\$ 29 milhões de Prejuízo Líquido em 2015 observando-se uma redução de 36,6%.

**Recursos Humanos**

A Companhia promoveu, ao longo deste ano, redução do quadro de pessoal, vinculado direta e proporcionalmente às atividades do período de safra ou entressafra em conformidade à nova estratégia de negócios.

**Investimentos**

Os investimentos no exercício de 2016 se destinaram a manutenção do parque industrial.

**Pesquisa e desenvolvimento**

Não foram feitos investimentos relevantes no exercício de 2016.

**Proteção ao meio-ambiente**

A empresa desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais tendo renovado sua certificação Global Gap, fundamental para credenciar a empresa como exportadora ao mercado europeu.

**Safra 2016/2017.**

Em relação à safra 2016/17, as informações prévias dão conta de que os padrões técnicos necessários, do ponto de vista climático, para a formação das frutas foram positivos. O inverno foi intenso e pouco chuvoso, gerando frio suficiente para produção de maçãs das variedades gala e fuji. Os números prévios da safra apontam para rendimentos dentro dos padrões, tanto em quantidade quanto em qualidade da safra.

A comercialização da safra 2016/2017 só teve início no final do mês de janeiro, com atraso de algumas semanas. A Companhia espera comercializar ao longo do ano de 2017, aproximadamente 30 mil toneladas (dos quais cerca de 5% deverão ser destinados ao mercado externo), dos quais aproximadamente 16,5 mil toneladas de sua colheita e o restante proveniente de parceiras na modalidade de fomento.

Gostaríamos de manifestar o reconhecimento a nossos funcionários por sua dedicação e comprometimento bem como a nossos fornecedores, fomentados e agentes financeiros pelo apoio com que temos sido distinguidos.

Atualmente, os órgãos de administração da Companhia têm a seguinte composição:

**Diretoria**

Marcos Kassardjian – Diretor  
Luís Antônio López Quintans – Diretor de Relações com Investidores

**Conselho de Administração**

Marcos Kassardjian (Presidente)  
Marcio Guedes Pereira Junior  
Alfredo Sergio Lazzareschi  
Bruno Keesse Pinto  
Rogério Pereira de Oliveira

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 1º DE JANEIRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015		31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
<b>CIRCULANTE</b>							<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	62	100	85	65	314	126	Fornecedores (nota 15)	15.128	7.532	2.925	5.538	8.794	6.232
Aplicação financeira (nota 5)	-	-	-	300	-	-	Empréstimos e financiamentos (nota 16)	4.754	22.047	5.760	6.068	53.069	11.448
Clientes (nota 6)	550	1.442	2.229	720	1.441	2.270	Salários e encargos sociais	1.830	3.071	2.946	1.855	3.134	3.093
Estoques (nota 7)	9.214	14.503	13.544	9.876	15.085	14.428	Obrigações tributárias	549	1.204	808	1.909	2.283	1.750
Tributos a recuperar (nota 8)	198	198	195	376	1.326	822	Adiantamentos de clientes	57	282	284	140	324	327
Adiantamentos (nota 9)	10.032	2.022	186	10.091	3.828	412	Partes relacionadas (nota 18)	23.565	29.390	29.875	2.473	6.937	-
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	2.273	3.840	14.694	2.273	10.884	23.956	Outras obrigações (nota 19)	2.188	1.449	5.196	2.392	1.804	5.771
Outras contas a receber	10	17	239	10	22	239	Parcelamento de tributos (nota 21)	1.895	2.056	1.962	2.039	2.206	2.203
Despesas antecipadas	533	581	351	988	1.380	756	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>49.966</b>	<b>67.031</b>	<b>49.756</b>	<b>22.414</b>	<b>78.551</b>	<b>30.824</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>22.872</b>	<b>22.703</b>	<b>31.523</b>	<b>24.699</b>	<b>34.280</b>	<b>43.009</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							Empréstimos e financiamentos (nota 16)	15.920	238	12.178	52.701	238	34.804
Depósitos judiciais (nota 11)	373	429	259	1.303	1.421	1.251	Financiamentos PESA (nota 17)	11.597	13.261	13.984	30.383	34.621	36.347
Tributos a recuperar (nota 8)	1.722	3.675	4.607	3.077	3.675	4.621	Tributos diferidos sobre reavaliação (nota 22)	3.489	3.523	3.594	9.060	9.569	10.098
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	1.800	4.687	4.688	4.238	6.587	7.095	Provisão para contingências (nota 20)	986	1.253	317	1.189	1.353	448
Outras contas a receber	58	5	5	269	39	39	Provisão para preço mínimo de ações	3.152	3.152	1.766	3.152	3.152	1.766
Despesas do exercício seguinte	1.336	1.658	2.363	4.077	4.819	5.985	Provisão para perdas em investimentos (nota 12)	45	-	-	-	-	-
Investimentos (nota 12)	1	5.411	15.439	-	-	-	Outras obrigações (nota 19)	4.457	5.021	5.550	11.056	11.858	12.911
Propriedade para investimento (nota 13)	17.583	17.541	-	17.583	17.541	-	Parcelamento de tributos (nota 21)	3.658	2.731	4.053	4.461	3.559	4.851
Imobilizado (nota 14)	5.799	7.261	23.050	37.226	41.497	60.581	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>43.304</b>	<b>29.179</b>	<b>41.442</b>	<b>112.002</b>	<b>64.350</b>	<b>101.225</b>
Intangível	45	49	77	263	251	281	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)</b>						
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>28.717</b>	<b>40.716</b>	<b>50.488</b>	<b>68.036</b>	<b>75.830</b>	<b>79.853</b>	Capital social	142.652	133.173	127.174	142.652	133.173	127.174
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>51.589</b>	<b>63.419</b>	<b>82.011</b>	<b>92.735</b>	<b>110.110</b>	<b>122.862</b>	Reserva de reavaliação	6.507	6.546	6.654	6.507	6.546	6.654
							Reservas de lucros	35	35	35	35	35	35
							Prejuízos acumulados	(190.875)	(172.545)	(143.050)	(190.875)	(172.545)	(143.050)
							<b>Total passivo descoberto</b>	<b>(41.681)</b>	<b>(32.791)</b>	<b>(9.187)</b>	<b>(41.681)</b>	<b>(32.791)</b>	<b>(9.187)</b>
							<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>51.589</b>	<b>63.419</b>	<b>82.011</b>	<b>92.735</b>	<b>110.110</b>	<b>122.862</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Venda de mercadorias	34.734	33.203	43.831	37.969
Venda de polpa	199	653	229	1.072
Venda de mercadorias - exportação	339	-	1.286	-
Venda de serviços	1.938	1.203	2.004	1.212
<b>Receita bruta</b>	<b>37.210</b>	<b>35.059</b>	<b>47.350</b>	<b>40.253</b>
Devoluções e abatimentos	(257)	(1.576)	(742)	(1.679)
Impostos	(1.087)	(1.174)	(1.098)	(1.222)
<b>Deduções</b>	<b>(1.344)</b>	<b>(2.750)</b>	<b>(1.840)</b>	<b>(2.901)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>35.866</b>	<b>32.309</b>	<b>45.510</b>	<b>37.352</b>
<b>Custo das mercadorias e serviços</b>	<b>(37.926)</b>	<b>(34.711)</b>	<b>(48.701)</b>	<b>(44.791)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO</b>	<b>(2.060)</b>	<b>(2.402)</b>	<b>(3.191)</b>	<b>(7.439)</b>
Despesas gerais e administrativas	(4.289)	(5.864)	(5.835)	(7.048)
Despesas comerciais e de distribuição	(1.420)	(1.239)	(1.600)	(1.304)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 12)	(5.455)	(10.028)	-	-
Despesa com provisão de preço mínimo ações	-	(1.386)	-	(1.386)
Despesas extraordinárias (nota 25)	(2.669)	-	(2.669)	-
Outras receitas (despesas)	6	(3.823)	515	(4.174)
<b>Receitas e despesas operacionais líquidas</b>	<b>(13.827)</b>	<b>(22.340)</b>	<b>(9.589)</b>	<b>(13.912)</b>
Despesas financeiras	(6.581)	(8.840)	(16.447)	(18.764)
Receitas financeiras	4.067	3.908	10.350	9.983
<b>Resultado financeiro líquido (nota 26)</b>	<b>(2.514)</b>	<b>(4.932)</b>	<b>(6.097)</b>	<b>(8.781)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	<b>(18.401)</b>	<b>(29.674)</b>	<b>(18.877)</b>	<b>(30.132)</b>
IR e CS Diferidos	33	71	509	529
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(18.368)</b>	<b>(29.603)</b>	<b>(18.368)</b>	<b>(29.603)</b>
<b>Por Ação</b>	<b>(1,5381)</b>	<b>(2,4789)</b>	<b>(1,5381)</b>	<b>(2,4789)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliações	Reserva de Lucros	(Prejuízos) acumulados	Total
	<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>127.174</b>	<b>6.654</b>	<b>35</b>	<b>(143.050)</b>
Aumento de capital	5.999	-	-	-	5.999
Realização de reserva de reavaliação	-	(108)	-	108	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(29.603)	(29.603)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>133.173</b>	<b>6.546</b>	<b>35</b>	<b>(172.545)</b>	<b>(32.791)</b>
Aumento de capital	9.478	-	-	-	9.478
Realização de reserva de reavaliação	-	(39)	-	39	-
Prejuízo do período	-	-	-	(18.368)	(18.368)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>142.651</b>	<b>6.507</b>	<b>35</b>	<b>(190.874)</b>	<b>(41.681)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(18.368)	(29.603)	(18.368)	(29.603)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(18.368)</b>	<b>(29.603)</b>	<b>(18.368)</b>	<b>(29.603)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Resultado do Exercício	(18.368)	(29.603)	(18.368)	(29.603)
<b>Ajuste do Resultado das Disponibilidades Geradas na Atividade Operacional</b>				
Depreciação e Amortização	802	1.323	4.006	4.754
Baixa de Bens do Imobilizado	965	2	1.701	109
Equivalência Patrimonial	5.455	10.028	-	-
<b>Varições nos Ativos e Passivos</b>				
Redução (aumento) em clientes	963	787	890	829
Redução (aumento) nos estoques	5.289	(959)	5.209	(657)
Redução (aumento) nos adiantamentos	(8.010)	(1.836)	(6.263)	(3.416)
Redução (aumento) nos tributos a recuperar	1.953	928	1.548	441
Redução (aumento) em depósitos judiciais	56	(170)	118	(170)
Redução (aumento) nos direitos realizáveis	4.408	8.288	10.742	11.009
Redução (aumento) nas despesas antecipadas	370	3.030	1.134	(5.218)
Aumento (redução) em fornecedores	7.596	4.607	(3.256)	2.562
Aumento (redução) em Tributos Diferidos	(34)	(71)	(509)	(529)
Aumento (redução) provisão para preço mínimo ações	-	1.386	-	1.386
Aumento (redução) em outras contas a pagar e provisões	(7.272)	(7.088)	(5.944)	7.864
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(5.577)</b>	<b>(9.194)</b>	<b>(8.992)</b>	<b>(10.066)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>				
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(305)	(260)	(1.436)	(501)
Aplicações em investimento	(42)	-	342	-
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(347)</b>	<b>(260)</b>	<b>(1.094)</b>	<b>(501)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento (redução) de Empréstimos e Financiamentos	(3.342)	3.624	659	5.329
Aumento de Capital	9.478	5.999	9.478	5.999
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Financeiras</b>	<b>6.136</b>	<b>9.623</b>	<b>10.137</b>	<b>11.328</b>
<b>Redução de Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(38)</b>	<b>15</b>	<b>51</b>	<b>188</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	100	85	314	126
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	62	100	365	314
	<b>(38)</b>	<b>15</b>	<b>51</b>	<b>188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>1- RECEITAS</b>				
Vendas de Mercadorias e Serviços	37.210	35.059	47.350	40.254
Resultados não Operacionais	6	(2.170)	515	(2.209)
	<b>37.216</b>	<b>32.889</b>	<b>47.865</b>	<b>38.045</b>
<b>2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custo das Matérias-Primas, Mercadorias e Serviços	22.158	12.066	30.377	20.005
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	3.744	5.347	4.046	5.744
Demais Custos	257	952	742	1.007
	<b>26.159</b>	<b>18.365</b>	<b>35.165</b>	<b>26.756</b>
<b>3- VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>11.057</b>	<b>14.524</b>	<b>12.700</b>	<b>11.289</b>
<b>4- RETENÇÕES</b>				
Depreciação e Amortização	805	1.323	4.006	4.754
	<b>805</b>	<b>1.323</b>	<b>4.006</b>	<b>4.754</b>
<b>5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>10.252</b>	<b>13.201</b>	<b>8.694</b>	<b>6.535</b>
<b>6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas Financeiras	4.067	125	10.350	340
Outros - Resultado Equivalência Patrimonial	(5.455)	(9.809)	-	-
	<b>(1.388)</b>	<b>(9.484)</b>	<b>10.350</b>	<b>340</b>
<b>7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>8.864</b>	<b>3.717</b>	<b>19.044</b>	<b>6.875</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>				
Remuneração direta	13.417	16.156	13.573	16.476
Benefícios	1.942	3.870	1.946	3.877
F.G.T.S.	1.959	1.717	2.054	1.760
Outros	516	1.164	615	1.134
	<b>17.834</b>	<b>22.907</b>	<b>18.188</b>	<b>23.247</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>				
Federais	1.511	1.121	1.454	601
Estaduais	45	98	56	145
Municipais	114	118	120	137
	<b>1.670</b>	<b>1.437</b>	<b>1.630</b>	<b>883</b>
<b>Outras</b>				
Juros e Aluguéis	7.728	9.079	17.594	12.451
Garantia de Preço Mínimo sobre Ações	-	1.386	-	1.386
Resultado do Exercício - Prejuízo	(18.368)	(31.092)	(18.368)	(31.092)
	<b>(10.640)</b>	<b>(20.627)</b>	<b>(774)</b>	<b>(17.255)</b>
<b>8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>8.864</b>	<b>3.717</b>	<b>19.044</b>	<b>6.875</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Pomi Frutas S.A. ("Companhia"), localizada em Fraiburgo – SC, foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

**2. CONTROLAGDA**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

**3. BASE DE PREPARAÇÃO**

**3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

**Reapresentação das demonstrações financeiras**

**de 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015**

As informações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

Esta reapresentação decorre da mudança na prática contábil relacionada ao registro das operações inerentes ao Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. O referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional ("CTN"), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada.

Anteriormente, tendo em vista que os "CTN's" terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia não registrava em suas demonstrações financeiras os valores contábeis dos ativos e dos passivos na data de cada fechamento, muito embora essa informação, e o correspondente "descasamento" existente entre os CTN's e o saldo devedor, estivesse devidamente evidenciado em notas explicativas (que são parte integrante das demonstrações financeiras).

Visando adequar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas às premissas dos CPCs 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, bem como para pleno atendimento às disposições e solicitações da CVM - Comissão de valores mobiliários, a Companhia revisou e retificou sua prática contábil de reconhecimento desta operação, passando a registrar a mesma, a luz dos referidos normativos contábeis.

Dessa forma, os efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Representado
Passivo e patrimônio líquido			
Empréstimos e financiamentos	(53.307)	(34.621)	(87.928)
Prejuízos acumulados	(137.687)	(34.858)	(172.545)
Resultado do exercício			
Receitas financeiras	340	9.643	9.983
Despesas financeiras	(10.847)	(7.917)	(18.764)
	01/01/2015 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Representado
Passivo e patrimônio líquido			
Empréstimos e financiamentos	46.252	36.347	82.599
Prejuízos acumulados	(106.703)	(36.347)	(143.050)

**Aprovação das demonstrações financeiras**

A conclusão da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela Administração deu-se em 24 de março de 2017.

**3.2. BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

**3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: minios, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

**4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

**4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO**

**Controlada**

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**4.2. APURAÇÕES DO RESULTADO**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

**4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

**Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (excetas aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

**b. Passivos Financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

**Capital social**

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis. O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

**4.4. CONTAS A RECEBER**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

**4.5. ESTOQUES**

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

**4.6. IMOBILIZADO**

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixos dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar. Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

**4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)**

**a. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

**b. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**4.8. INTANGÍVEL**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

**4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS**

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

**4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação a prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de "atividade rural", ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade "não rural, operacional ou não" deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

**4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO**

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

**4.14. NOVAS INTERPRETAÇÕES NÃO ADOTADAS**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Embora a Companhia não tenha finalizado a análise IFRS 9, para adoção dessa norma não é esperado um impacto relevante nas demonstrações financeiras. As novas disposições sobre a classificação dos ativos dependendo do modelo de negócios existente para esses ativos poderá dar origem a alterações na mensuração e apresentação e as disposições sobre a contabilização por perdas para redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros, podendo gerar em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Recita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações contábeis intermediárias e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:







com vencimento em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito "A" representará bônus de adimplimento em relação ao sub-crédito "B"; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomifrutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplimento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, representará a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia seja totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito "A" até 31/12/2018, isso poderá representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplimento do sub-crédito "A" e do "B").

**Capital de giro**

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

**17. FINANCIAMENTOS PESA**

Pomi Frutas S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros Não	
				Financiamento 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	CTN 31/dez/16	Líquido 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	5.167	130	4.148	1.019	821	
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	968	38	806	162	136	
BADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2020	6.454	193	4.087	2.366	675	
BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	7.722	276	4.144	3.578	1.751	
BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM + 3%	2022	68	7	-	68	68	
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	9.260	9.260	6.002	3.258	-	
BRDE 2.1105401-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2018	5.244	5.244	4.160	1.084	-	
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	96	96	65	31	-	
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	96	96	65	31	-	
<b>TOTAL</b>				<b>35.074</b>	<b>15.339</b>	<b>23.477</b>	<b>11.597</b>	<b>3.451</b>	

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros Não	
				Financiamento 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	CTN 31/dez/16	Líquido 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	
BADESCO 80001	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	16.738	531	13.584	3.154	574	
BADESC 930841-00-0	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	1.154	46	968	186	164	
BESC 549700242	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	9.562	337	4.975	4.587	2.135	
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	15.957	15.957	10.845	5.112	-	
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	4.782	4.782	2.438	2.344	-	
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	6.963	6.963	3.560	3.403	-	
<b>TOTAL</b>				<b>55.156</b>	<b>28.616</b>	<b>36.370</b>	<b>18.786</b>	<b>2.873</b>	
<b>Total Consolidado</b>				<b>90.230</b>	<b>43.955</b>	<b>59.847</b>	<b>30.383</b>	<b>6.324</b>	

A administração da Companhia entende que o risco econômico financeiro relativo ao Programa PESA está nos juros a incorrer, vinculados aos financiamentos no âmbito do Programa PESA. O montante de juros a incorrer totaliza R\$ 6.324; contudo, existem depósitos de R\$2.094 garantindo parte do pagamento dos juros a incorrer, de modo que o saldo é de R\$4.230, conforme segue:

a) **Juros Banco BADESC**  
Em março de 2013 foi depositado ao Banco BADESC, caução relativa ao contrato da cédula Rural Hipotecária nº 910380-677. O valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato em 2018.

b) **Juros Banco BRDE**  
Em abril de 2012, a Companhia e sua controlada repactuaram os financiamentos da modalidade PESA, e os juros foram quitados de forma antecipada. Portanto não há qualquer eventual saldo desta operação.

c) **Juros Banco Bradesco**  
A Companhia assinou, na qualidade de interveniente anuente, contratos nos quais foram realizados depósitos, garantindo os juros até o final dos contratos 2000/80 e 800001.

**Outros aspectos em relação ao PESA**

A administração da Companhia entende que o descasamento patrimonial de R\$30.383 referente ao Programa PESA deveria considerar a adimplência antecipada dos juros a incorrer e, portanto, que o valor da CTN nesses casos pudesse ser considerado equivalente ao valor do financiamento correspondente, já que, por ocasião do vencimento, o valor da CTN será equivalente ao valor atualizado do principal da dívida. Essa leitura faz com que o descasamento contábil efetivo da operação PESA em 31 de dezembro de 2016 seja de R\$ 8.318. Sob esse prisma, o Patrimônio Líquido da Companhia seria negativo de R\$ 18.917 em vez de negativo de R\$ 40.982.

Adicionalmente, a Companhia, conservadoramente, provisionou o valor total de R\$ 699 relativo a PIS (0,65%) e COFINS (4%) sobre receitas das CTNs vinculadas ao Programa PESA, a partir de julho de 2015. No entendimento dos assessores jurídicos e da Administração, não pode haver incidência de PIS e COFINS sobre a atualização das CTNs fundamentalmente porque (i) a adesão da Companhia ao Programa PESA é ato jurídico perfeito e lei posterior não pode retroagir para modificá-lo, consoante o disposto no art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal, onerando o participante do Programa com a incidência de tributos que não existiam por ocasião da sua adesão; (ii) as CTNs servem de cobertura para o Programa PESA, de modo que se aplica ao caso o disposto no art. 2º, parágrafo 4º, do Decreto n. 8.426/2015, cuja alíquota sobre receitas financeiras foi reduzida a zero (zero).

**18. PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com Partes Relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	21.092	22.453	-	-
Débitos com acionistas	2.473	6.937	2.473	6.937
	23.565	29.390	2.473	6.937

**a. Conta corrente**

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação

**b. Mútuo**

Em 06 de junho de 2016 foi homologado o aumento de capital da Companhia. Com isso, o saldo atualizado do empréstimo devido pela Companhia, ao acionista controlador, naquela data, no valor de R\$8.272 foi integralmente convertido em capital social.

Posteriormente, ao longo do exercício de 2016, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador, totalizando o montante de R\$2.473. Referido montante está sendo atualizado com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

**19. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<b>Circulante</b>				
Arrendamentos	823	618	1.017	975
Processos a Pagar	266	-	266	-
Litígio CAM	236	-	236	-
Outros 863	831	873	829	-
	2.188	1.449	2.392	1.804
<b>Não Circulante</b>				
Valores a Restituir de Terceiros	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	457	1.021	3.516	4.318
	4.457	5.021	11.056	11.858

**Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)**

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no circulante.

**Investimento e expansão**

Financiamentos do não circulante junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras para investimento na safra de produção, sendo todos com vencimentos acima de um ano.

**Provisão de juros - PESA**

Referem-se a provisão de juros a pagar no exercício subsequente, que estão vinculados à operação PESA. Esses montantes refletem apenas os empréstimos que não foram securitizados, e que, portanto, demandam os correspondentes dispêndios financeiros por parte da Companhia e de sua controlada. Referidos saldos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem vencimento em 2017.

A manutenção da operação está diretamente vinculada à adimplência de referidos juros, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada estão adimplentes com essas obrigações.

	Saldo Juros				Saldo Juros Não	
	Financiamento 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	CTN 31/dez/16	Líquido 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	
<b>TOTAL</b>	<b>35.074</b>	<b>15.339</b>	<b>23.477</b>	<b>11.597</b>	<b>3.451</b>	

	Saldo Juros				Saldo Juros Não	
	Financiamento 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	CTN 31/dez/16	Líquido 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	
<b>TOTAL</b>	<b>55.156</b>	<b>28.616</b>	<b>36.370</b>	<b>18.786</b>	<b>2.873</b>	
<b>Total Consolidado</b>	<b>90.230</b>	<b>43.955</b>	<b>59.847</b>	<b>30.383</b>	<b>6.324</b>	

A administração da Companhia entende que o risco econômico financeiro relativo ao Programa PESA está nos juros a incorrer, vinculados aos financiamentos no âmbito do Programa PESA. O montante de juros a incorrer totaliza R\$ 6.324; contudo, existem depósitos de R\$2.094 garantindo parte do pagamento dos juros a incorrer, de modo que o saldo é de R\$4.230, conforme segue:

a) **Juros Banco BADESC**  
Em março de 2013 foi depositado ao Banco BADESC, caução relativa ao contrato da cédula Rural Hipotecária nº 910380-677. O valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato em 2018.

b) **Juros Banco BRDE**  
Em abril de 2012, a Companhia e sua controlada repactuaram os financiamentos da modalidade PESA, e os juros foram quitados de forma antecipada. Portanto não há qualquer eventual saldo desta operação.

c) **Juros Banco Bradesco**  
A Companhia assinou, na qualidade de interveniente anuente, contratos nos quais foram realizados depósitos, garantindo os juros até o final dos contratos 2000/80 e 800001.

**Outros aspectos em relação ao PESA**

A administração da Companhia entende que o descasamento patrimonial de R\$30.383 referente ao Programa PESA deveria considerar a adimplência antecipada dos juros a incorrer e, portanto, que o valor da CTN nesses casos pudesse ser considerado equivalente ao valor do financiamento correspondente, já que, por ocasião do vencimento, o valor da CTN será equivalente ao valor atualizado do principal da dívida. Essa leitura faz com que o descasamento contábil efetivo da operação PESA em 31 de dezembro de 2016 seja de R\$ 8.318. Sob esse prisma, o Patrimônio Líquido da Companhia seria negativo de R\$ 18.917 em vez de negativo de R\$ 40.982.

Adicionalmente, a Companhia, conservadoramente, provisionou o valor total de R\$ 699 relativo a PIS (0,65%) e COFINS (4%) sobre receitas das CTNs vinculadas ao Programa PESA, a partir de julho de 2015. No entendimento dos assessores jurídicos e da Administração, não pode haver incidência de PIS e COFINS sobre a atualização das CTNs fundamentalmente porque (i) a adesão da Companhia ao Programa PESA é ato jurídico perfeito e lei posterior não pode retroagir para modificá-lo, consoante o disposto no art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal, onerando o participante do Programa com a incidência de tributos que não existiam por ocasião da sua adesão; (ii) as CTNs servem de cobertura para o Programa PESA, de modo que se aplica ao caso o disposto no art. 2º, parágrafo 4º, do Decreto n. 8.426/2015, cuja alíquota sobre receitas financeiras foi reduzida a zero (zero).

**20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Contingências trabalhistas	148	625	169	639
Contingências cíveis	184	628	365	653
Contingências tributárias	654	-	654	61
	986	1.253	1.188	1.353

**20.1. Contingências trabalhistas**

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>(625)</b>	<b>(639)</b>		
Constituição	-	-	-	-
Reversões	477	470		
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>(148)</b>	<b>(169)</b>		

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 21 ações trabalhistas (01 ações com probabilidade de perda provável, 15 possíveis e 05 remotas), acrescida de 03 ações trabalhistas na controlada (03 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram acima. Em 31 de dezembro de 2016 as contingências trabalhistas com probabilidade de perda classificada como "possível", totalizavam o montante de R\$ 112.

**20.2. Contingências cíveis**

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>(628)</b>	<b>(653)</b>		
Constituição	-	-	-	-
Reversões	444	288		
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>(184)</b>	<b>(365)</b>		

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 35 ações cíveis, sendo que em 15 ações figura como autora (3 possíveis, 12 remotas), e 20 ações como réu (15 possíveis, 3 remotas, 2 prováveis), acrescida de 15 ações cíveis na controlada, sendo 8 ações que figura como autora (4 remotas, 1 possível, 3 prováveis) e 7 ações como réu (1 remota e 5 possível, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$184 e R\$365, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 as contingências cíveis com probabilidade de perda classificada como "possível", totalizavam o montante de R\$ 244.

**20.3. Contingências tributárias**

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente autuação da CVM e demais ações judiciais.

**20.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações**

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente "pedido de instauração de arbitragem", contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a companhia a obrigação de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

**21. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS**

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
INSS	1.589	2.007	1.353	2.352	1.633	2.047	1.368	2.406
FGTS	215	-	1.962	-	215	-	1.962	-
ICMS	51	49	343	379	51	49	343	379
IRRF	-	-	-	-	(3)	13	-	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	103	97	788	774
ISS/PTU	40	-	-	-	40	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.895</b>	<b>2.056</b>	<b>3.658</b>	<b>2.731</b>	<b>2.039</b>	<b>2.206</b>	<b>4.461</b>	<b>3.559</b>

A Companhia formalizou junto à Receita Federal o parcelamento de tributos, totalizando R\$5.553. No consolidado o valor total é de R\$6.500.

**22. TRIBUTOS DIFERIDOS SOBRE REAVALIAÇÃO**

	Controladora		Consolidado	
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Impostos de Renda Diferido	2.559	2.584	6.655	7.030
Contribuição Social Diferido	930	939	2.405	2.539
<b>Total</b>	<b>3.489</b>	<b>3.523</b>	<b>9.060</b>	<b>9.569</b>

Os valores são compostos por impostos diferidos registrados sobre a reserva de reavaliação realizada. A realização destes montantes ocorrerá com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**23.1. Capital social (em R\$)**

Em 06 de junho de 2016 foi ratificado o valor do Aumento de Capital, mediante a emissão de 2.848.723 de um total de 3.582.00 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 9.543.222,05, passando o capital social da Companhia de R\$ 133.173.480,00, representado por 9.093.745 para R\$ 142.651.584,75, representado por 11.942.468 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Com isso, deixaram de ser emitidas as demais ações não subscritas dentro do limite máximo do Aumento de Capital, em um total de 733.277ações não subscritas.

**23.2. Reserva de reavaliação**

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

**23.3. Reserva de lucros**

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

**23.4. Dividendos e juros sobre capital próprio**



**29. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (em reais)**

O valor total de remuneração aos administradores em 2016 foi de R\$ 474, sendo R\$430 para diretoria e R\$44 para o conselho, conforme previsto em estatuto.

**30. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Compõem o conselho de administração:  
 Marcos Kassardjian – Presidente  
 Marcio Guedes Pereira Junior  
 Rogério Pereira de Oliveira  
 Bruno Keesse Pinto  
 Alfredo Sergio Lazzareschi Neto

**31. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADEÇÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM**

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

**Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 29/10/2015**

A Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

**Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 18/12/2015**

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

**32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

No dia 10 de março de 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento dos valores Previdenciários inscritos em Dívida Ativa na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com prazo total para pagamento de 180 meses, conforme cronograma previsto na portaria nº 152.

**Marcos Kassardjian**  
Diretor

**Luís Antônio López Quintiães**  
Diretor de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da

**POMI FRUTAS S.A.**  
Fraiburgo - SC

**OPINIÃO**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **POMI FRUTAS S.A.** ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **POMI FRUTAS S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**BASE PARA OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. A Companhia e a Controlada **POMIFRAI FRUTICULTURA S.A.**, em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009. Dessa forma, a continuidade das operações fica sujeita à redução de custos, cumprimento do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, captação de novos recursos financeiros, além de outras medidas administrativas que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e de sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

**ÊNFASE**

Conforme mencionado na nota explicativa nº3, em decorrência da mudança na prática contábil de reconhecimento das dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e o saldo de abertura de 1º de janeiro de 2015, apresentados para fins comparativos, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA ("PAA")**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" e "Ênfases", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Estoques, custos e operações de fomento com produtores**

**Porque é um "PAA"**

Conforme descrito nas notas explicativas nº7 e 9, a Companhia e sua controlada possuem saldos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativos a "Estoques de produtos em formação" e "Adiantamentos a fornecedores rurais", respectivamente. Os "Estoques em formação" são compostos, substancialmente, dos custos em formação da safra de maçãs próprias, acrescidos dos custos apurados no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), enquanto os "Adiantamentos a fornecedores", são compostos por adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia e sua controlada possuem contratos de fomento para a preparação da safra. Considerando a relevância dos montantes registrados e movimentados ao longo do exercício, consideramos essas áreas como um dos focos de nossa auditoria, uma vez que, o registro e

a valorização dessas operações podem impactar diretamente o custo dos produtos vendidos, e consequentemente o resultado do exercício.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes documentais dos gastos capitalizados em ambas as rubricas contábeis, testes de valorização dos estoques, testes de revisão do custo médio, avaliação da necessidade de constituição de provisões para perdas, exame dos contratos junto aos produtores fomentados, exame documental e financeiro das movimentações junto aos produtores fomentados.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessário modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

**Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA**

**Porque é um "PAA"**

A Companhia possui dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, no valor de R\$90.230 mil em 31 de dezembro de 2016, sendo que, o referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional ("CTN"), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, cujos valores contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 somam R\$59.847 mil, o que resulta em um descasamento de R\$30.383 mil.

Consideramos a rubrica de "Financiamentos - PESA", nota explicativa nº17, como de extrema relevância para auditoria, pois a correta valorização, contabilização e apresentação dos passivos e ativos envolvidos nessa operação, depende de uma correta aplicação das premissas de atualização, bem como pela utilização de documentação hábil e atualizada por parte da administração da Companhia e das instituições financeiras, para proceder aos devidos registros contábeis. A mensuração incorreta desses ativos e passivos poderia distorcer de forma significativa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção e análise dos extratos bancários, obtenção e confronto das respostas às nossas cartas de circularização com os registros contábeis líquidos apresentados na rubrica "Financiamentos - PESA" em 31 de dezembro de 2016, revisão dos cálculos relativos ao reconhecimento do valor temporal dos Certificados do Tesouro Nacional ("CTN") e respectivos juros PESA, revisão e recálculo das receitas e despesas financeiras oriundas da contabilização dessa operação ao longo do exercício, e revisão dos passivos tributários originados a partir dessa operação.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação dos valores dos ativos e passivos vinculados aos Financiamentos - PESA, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

**Renegociação com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE")**

**Porque é um "PAA"**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de renegociação junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE"), referente às suas dívidas e da sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S.A. ("Pomifrai"). Conforme negociação efetuada entre as partes, cujos termos encontram-se devidamente divulgados na nota explicativa nº16, houve uma série de mudanças em relação ao valor da dívida, prazo de vencimento, bens oferecidos em garantia, além da alienação fiduciária de imóveis da Companhia como forma de quitação de parcela substancial de referido passivo. Devido a representatividade dos valores envolvidos na repactuação dessa dívida, bem como em decorrência das diversas variáveis que envolveram essa negociação, eventuais falhas nos controles internos da Companhia, bem como na correta interpretação e registro contábil dessa operação, poderiam ocasionar distorções relevantes nos saldos contábeis, assim como a ausência de divulgação de informações relevantes dessa operação aos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram análise dos Instrumentos de Repactuação da dívida da Companhia e de sua controlada, entendimentos e discussões com a administração sobre a natureza da operação, exame dos registros contábeis efetuados, avaliando se os mesmos estavam condizentes com os termos repactuados entre as partes, e avaliação das divulgações das informações contábeis divulgadas ao mercado.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessário modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

**Valor justo das propriedades para investimento**

**Porque é um "PAA"**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para investimento (equivalente à norma internacional IAS 40), esses ativos são oriundos de propriedades mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas ou ainda para venda no curso ordinário do negócio. A propriedade para investimento deve ser inicialmente avaliada pelo seu custo, mas a cada encerramento de balanço a entidade deverá avaliar este ativo pelo valor justo, se este puder ser calculado de forma confiável, e se esta for a opção escolhida pela Companhia, conforme determina o CPC.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº13 e 16, as propriedades para investimento da Companhia foram incluídas na negociação realizada junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE"), sendo que, a transferência definitiva da posse dessas propriedades deverá ocorrer em até 10 anos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o valor atribuído a esses bens durante o processo de renegociação da dívida poderia, eventualmente, ser menor que o valor contábil registrado para esse bem, podendo haver a necessidade de constituição de provisão de Impairment para adequar o valor contábil desse bem ao seu valor negociável.

**Como nossa auditoria endereçou o assunto:**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão do laudo técnico emitido por empresa especializada, revisão detalhada dos Instrumentos de Renegociação, visando avaliar se os valores negociáveis desses bens não estavam inferiores aos seus respectivos registros contábil, sendo que, nessa avaliação, concluímos não haver necessidade de reconhecimento de Impairment para referidos bens.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessário modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

**Provisão para passivos contingentes**

**Porque é um "PAA"**

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia registra provisão para contingências com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada "provável". Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis, sendo que os processos com expectativa de perda considerada como "possível" são apenas divulgados nas notas explicativas, conforme requerido pela supramencionada norma.

A Companhia e sua controlada apresentam passivos contingentes decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex empregados, ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Além disso, e conforme divulgado na nota explicativa nº 31, a Companhia está vinculada a 2 (duas) arbitragens na Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Adicionalmente, além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Nesse contexto, consideramos essa uma área como relevante para auditoria, visto que os passivos atualmente registrados pela Companhia poderiam não ser suficientes para cobrir eventuais perdas nas referidas discussões.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação (circularização) junto aos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos judiciais em andamento, com as posições determinadas pela Administração da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração e assessores jurídicos para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e encontram-se de acordo com o requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

**OUTROS ASSUNTOS**

**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicarmos esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Fraiburgo, 24 de março de 2017  
**Ricardo José Patine Filho**  
 Sócio Diretor  
 CRC 1SP252050/O-9  
 Verduz Auditores Independentes  
 CRC 2SP027296/O-2